



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## COMISSÃO PERMANENTE REUNIÃO DE 16 DE ABRIL DE 2025

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Elza Maria Henriques Deus Pais](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 2 minutos.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados: um relativo à suspensão do mandato de uma Deputada do PSD e respetiva substituição; dois no sentido de autorizar uma Deputada do CH e uma Deputada do PS a intervir em tribunal; e um no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de uma Deputada do CH.

Em declaração política, o Deputado [Alexandre](#)

[Poço](#) (PSD) fez uma resenha e um balanço positivo dos 11 meses de governação da AD.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Vaz](#) (PS) assegurou que Portugal é um país pacífico e seguro, onde a criminalidade tem vindo a descer, e saudou os responsáveis pelos resultados alcançados.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) criticou as políticas de imigração, associando-as a um aumento da criminalidade violenta, e as posições dos outros partidos quanto a esse tema.

Após o Presidente ter anunciado o falecimento do ex-Deputado do PS João Cravinho, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) criticou a instabilidade nacional gerada com sucessivas eleições legislativas e alertou para a necessidade de reduzir a despesa pública.

Em declaração política, a Deputada [Marisa Matias](#) (BE) fez uma apreciação negativa da decisão da União Europeia de investir em armamento.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) apontou falhas à política do Governo na área da saúde.

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) defendeu a criação de um passe de mobilidade nacional e um verdadeiro sistema de transportes.

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) comparou dados relativos à imigração entre as governações do PS e da AD.

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) apresentou medidas de combate à violência sexual contra mulheres e à violência doméstica.

O Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 7 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.

Peço às autoridades que abram as galerias ao público que deseje assistir aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 2 minutos.*

Estando todos os grupos parlamentares já presentes, e havendo pareceres para sujeitarmos à votação, vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira para proceder à respetiva leitura.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«Em reunião da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, realizada no dia 16 de abril de 2025, verificou-se que:

[...]

Paula Cristina Baptista Margarido (círculo eleitoral da Madeira) assumirá funções de membro do Governo da Região Autónoma da Madeira, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2025, inclusive [...].

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispõe, constata-se que a candidata não eleita indicada, Carla Raquel Moniz Spínola, é realmente a candidata seguinte que deve assumir o mandato, conforme lista apresentada a sufrágio pelo referido partido político no círculo eleitoral da Madeira.

Tendo sido observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A suspensão do mandato requerida pela Deputada Paula Cristina Baptista Margarido cumpre os requisitos legais, sendo substituída por Carla Raquel Moniz Spínola, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2025, inclusive.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos então votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Pode prosseguir, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Cristina Pacheco Rodrigues a prestar depoimento presencialmente, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 15878/20.3T8LSB, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo do Trabalho de Lisboa — Juiz 3.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Pode continuar, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 395/20.0BELLE que corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, Juízo Administrativo Comum.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a ler:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Cristina Pacheco Rodrigues no âmbito do Processo n.º 7233/20.1T9LSB, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Local Criminal de Lisboa — Juiz 11.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos então entrar no ponto das declarações políticas.

Para a primeira declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Após 11 meses de Governo da AD (Aliança Democrática), os portugueses estão melhor e o País está a melhorar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Provámos que era possível governar com mais competência e que os portugueses poderiam ganhar com isso.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — No último ano, os portugueses tiveram mais rendimento e pagaram menos impostos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não tem nada que agradecer!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Aumentámos o salário mínimo de 820 € para 870 €. O salário médio cresceu mais de 6 %, ultrapassando os 1600 € mensais. Subimos as pensões e reforçámos duas vezes o complemento solidário para idosos, de 550 € para 630 €. Baixámos os impostos sobre o rendimento — sim, o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) baixou em 2024.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Por isso, no último ano, o rendimento real disponível dos portugueses cresceu cerca de 8 %, o dobro do ano anterior. Boas notícias para os portugueses, boas notícias para o País! Os contribuintes pagaram, em 2024, menos IRS do que em 2023.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Preferimos um regime em que os portugueses não pagam adiantado ao Estado todos os meses, como um empréstimo forçado, ficando mais de um ano para receber.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas e a oposição? Não devia ficar satisfeita quando os portugueses recebem mais todos os meses e pagam menos IRS? Infelizmente, não. A oposição não consegue lidar com o

facto de as coisas estarem a correr bem, mesmo que para isso tenha de dizer o contrário do que disse no verão passado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Secretário-Geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, que diz ter vivido nas empresas, dizia em julho de 2024, e passo a citar: «Não vemos nenhuma razão para que o Governo não reveja já as tabelas de retenção e para que não cumpra aquela que era a sua promessa.» Acrescentava Pedro Nuno Santos: «É muito importante que os portugueses saibam que só não haverá redução de IRS em 2024 se o Governo não quiser.» Fim de citação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Presidente do partido Chega, André Ventura, que foi inspetor tributário na AT (Autoridade Tributária e Aduaneira), dizia em julho de 2024, e passo a citar: «Sr. Primeiro-Ministro, baixe o IRS já», defendendo que «é urgente e fundamental que o Governo o faça», para, e continuo a citar André Ventura, «garantir que os portugueses sentirão já neste ano o alívio nos seus bolsos». Fim de citação.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora, se Pedro Nuno Santos, que viveu nas empresas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que empresas?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E que empresas?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... e André Ventura, que foi inspetor tributário, assumindo que percebem o mínimo de como funciona o IRS, têm dito o que têm dito sobre o IRS de 2024, só podemos concluir que não é falta de conhecimento, é mesmo desonestidade, mentira e desinformação em tempo de campanha eleitoral.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Podem tentar enganar os portugueses, mas os portugueses não são parvos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade! Verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Se merecermos a confiança dos portugueses a 18 de maio para continuar a governar, continuaremos a baixar o IRS.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em 11 meses, o Governo também começou a recuperação do setor da saúde.

Temos hoje mais 152 938 portugueses com médico de família, mais 13 % de cirurgias oncológicas, mais 5 % de cirurgias não oncológicas, mais 700 000 consultas de especialidade. O tempo médio de espera nas urgências teve uma redução de 15 %. Comparticipámos a 100 % os medicamentos para quem recebe o complemento solidário para idosos, o que garante uma poupança de 66,8 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Tivemos menos mortes associadas ao pico do inverno, menos 2099 óbitos. Temos mais médicos, mais 331, mais enfermeiros, mais 897, e, no total de colaboradores da área de saúde, temos mais 2679. Celebrámos acordos com médicos, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos de emergência pré-

hospitalar, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, nunca abdicando do SNS (Serviço Nacional de Saúde) como pilar, mas contando com todos os setores.

E, se tamanhos problemas encontrados não se resolvem em 11 meses, os resultados começam a surgir. É preciso continuar para evitar voltar a piorar.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o último tema que vos trago é a imigração. Nos últimos sete anos, assistimos a um dos maiores choques demográficos da nossa história. Tivemos um aumento de 1 milhão e 100 mil imigrantes no nosso País — de 421 000 em 2017, passámos para 1 milhão e 600 000 em 2024, de 4 % para 15 % da população residente.

O regime da manifestação de interesse e o fim caótico do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) geraram um efeito de chamada que contribuiu para este grande aumento. O Estado não se preparou, os serviços públicos não se prepararam, a habitação não se preparou, e, desta forma, tivemos claramente de mudar drasticamente a política de imigração.

Fechámos a porta escancarada da manifestação de interesse. Criámos uma estrutura para resolver os casos pendentes. Corrigimos o regime de entrada. Fizemos um acordo com as empresas. Recuperámos a capacidade de controlo das fronteiras.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E os resultados são já significativos. O fim da manifestação de interesse reduziu em cerca de 60 % as entradas de imigrantes, foram tratados mais de 500 000 processos, e hoje o Estado voltou a controlar as suas fronteiras.

A nova política de imigração do Governo da AD já teve impactos nos partidos da oposição: o PS abandonou o facilitismo, e, mesmo que o Chega continue com o discurso das portas fechadas ou o Bloco de Esquerda com o discurso das portas escancaradas, é certo que deixaram de liderar o debate na imigração.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Estamos a ter uma política de imigração firme, moderada, humanista, feita de direitos e feita também de deveres.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E os resultados também já estão a aparecer.

Após 11 meses de Governo da AD, os salários subiram, os impostos baixaram, começámos a garantir mais e melhor saúde e começámos a regular a imigração. Após 11 meses de Governo da AD, os portugueses estão melhor e o País está a melhorar. São bons motivos para que Portugal não pare no dia 18 de maio.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pedro, faz lá uma declaração a sério, senão a malta não acredita!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como é sabido, o Governo enviou a esta Assembleia da República o *Relatório Anual de Segurança Interna* relativo ao ano de 2024. No entanto, essa discussão não pode ser aqui feita com a presença do Governo, pois foi ontem inviabilizada por parte dos grupos parlamentares do PSD, do CDS e do Chega.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando se junta a direita, é assim!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Estranha atitude da parte dos partidos de direita, que, ao longo do último ano, tentaram por todos os meios gerar uma perceção pública de insegurança e de aumento da criminalidade no País, o que é desmentido pelo relatório apresentado.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Mais estranha ainda porque o Governo, em vez de celebrar o facto de Portugal continuar a ser um país pacífico e seguro, aparenta uma desilusão latente pelo facto de a criminalidade continuar a descer: menos 17 117 participações criminais que em 2023, o que representa uma redução de 4,6 % na criminalidade em Portugal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Boa!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — O incómodo é tão mais visível nas declarações do Sr. Primeiro-Ministro, hoje demissionário, que, em declarações à imprensa, preferiu dar nota do *spin* oficial do Governo, de que Portugal não pode viver à sombra dos bons resultados, porque outros países também tiveram bons resultados, mas agora têm problemas muito graves de aumento de criminalidade, sem concretizar quais países, quando e o contexto.

Foi um ano inteiro de exercício de funções governativas, que o Governo, através do Primeiro-Ministro, do Ministro da Presidência e até do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, apresentou como um inferno de criminalidade, mas que os números desmentem em toda a linha.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Saudamos, portanto, todas as forças de segurança, todos os órgãos de polícia criminal,...

**Vozes do PSD, do CH e do CDS-PP:** — Ei!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... todos os agentes de segurança interna pelos resultados alcançados.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Vergonha!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Apesar da melhoria dos índices de criminalidade, o Partido Socialista continua preocupado, como sempre esteve, aquando do exercício de funções governativas, com a criminalidade nacional. O caminho percorrido desde 2015 é positivo, mas, enquanto houver crimes praticados, o Partido Socialista continuará a trabalhar para a sua redução e a combater as ameaças à nossa segurança interna e as novas formas de criminalidade, decorrentes de uma criminalidade global, digital e que ameaça a nossa soberania.

Foi por isso que o PS, aquando do exercício de funções governativas, fez avançar a luta contra a corrupção,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uh...!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... aumentando os meios da Polícia Judiciária, e que se lançaram concursos de recrutamento de agentes das forças de segurança, que permitiram que, em 2024, houvesse um ligeiro aumento do número de efetivos, apesar das muitas aposentações verificadas.

Como disse anteriormente, o PS percebe o incómodo do Governo com este relatório, desde logo porque refuta, em toda a linha, a narrativa da AD de que o País está pior nesta matéria.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Refuta ainda a tese do Sr. Primeiro-Ministro quanto à origem dos fogos florestais, bem como toda a estratégia do Governo para o combate aos fogos florestais que afetaram sobremaneira o País em 2024.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ei! Falar de fogos florestais! É preciso ter uma lata!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Em 2024, houve um aumento de 2,4 % dos incêndios em relação a 2023 e um aumento de 299 % de área ardida no País.

Mais: ao contrário das insinuações que o Sr. Primeiro-Ministro fez aqui, nesta Casa, acerca da origem dos incêndios, afirmando que a responsabilidade dos mesmos era de mão criminosa, o relatório é claríssimo, na sua página 11, quando refere que, em relação a 2023, houve uma redução de 10,6 % da prática do crime de incêndio. Temos, pois, um Governo e um Primeiro-Ministro demissionários que desconhecem a realidade e cujos dados, em praticamente todas as áreas governativas, desmentem à sociedade o que fazem e o que dizem que fizeram.

À semelhança do ano passado, o Partido Socialista continua preocupado com os números de violência doméstica, uma das maiores chagas da nossa sociedade, e continuará o trabalho de combate à sua existência, protegendo as vítimas. Uma sociedade decente não permite que este tipo de crimes tenha a dimensão que tem, e, ao contrário do Sr. Primeiro-Ministro, não o desvalorizamos,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... afirmando que hoje há é mais denúncias do que no passado.

Os números do RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) desmentem, em toda a linha, a argumentação da direita portuguesa, cada vez mais radical: o grosso da população prisioneira é de nacionalidade portuguesa, mais de 82 %; a imigração ilegal obteve uma redução de 29,6 %.

Para o PS, um criminoso não tem raça, não tem credo, não tem nacionalidade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... um criminoso deve ser responsabilizado pelos seus atos e punido nos termos da nossa legislação penal e das regras de um Estado de direito.

O Governo, que tem sido tão lesto a fazer anúncios e propaganda nas redes sociais, ao arrepio da lei eleitoral, não encontrou, pois, tempo para explicar aqui o que aconteceu em 2024, tendo existido mesmo um passa-culpas da Sr.<sup>a</sup> Ministra para o Sr. Primeiro-Ministro.

Em suma, temos hoje um Governo em desagregação, sem propósito e sem projeto, uma realidade que teima em desmentir. Temos hoje um Governo e um Primeiro-Ministro de trapalhadas e em fim de linha. Talvez por isso o Sr. Primeiro-Ministro tenha escolhido avançar para eleições.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh! Eh! Eh!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Já tivemos, nestas declarações políticas de hoje, o Partido Socialista, imagine-se, preocupado com as forças de segurança e com a corrupção em



Portugal. Imagine-se! Se não fosse tão sério, seria para rir. Mas vamos a um debate que tem de ser sério, e o Partido Socialista, infelizmente, não é sério.

A imigração descontrolada é um flagelo em Portugal. Já o era na Europa, com a política de portas abertas, portas escancaradas, como, por exemplo, na Bélgica ou na França.

O Chega começou a alertar e disse o que aí vinha. A extrema-esquerda chamou-nos racistas, xenófobos — «coitadinhos dos imigrantes, que são, todos eles, pessoas de bem». O PS dizia que sem eles Portugal não tinha futuro — «venham todos, que cá estamos nós para pagar». Venderam a nacionalidade portuguesa, da mesma maneira que venderam a nossa pátria e até as principais empresas portuguesas aos chineses. O PSD fazia o costume, sempre em cima do muro: não negava a imigração descontrolada, mas também não apresentava propostas. A Iniciativa Liberal não tocava na imigração — era um assunto tabu e de humanismo, diziam eles.

O tempo passou. A 10 de março de 2024, o povo continuou a sua revolta. O povo disse que queria 50 Deputados patriotas, 50 Deputados que fossem a sua voz. E assim foi.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São 49! São 49!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os partidos mudaram de posição.

O PSD, no Governo, diz que Portugal precisa de imigração, mas controlada. Luís Montenegro diz, e cito: «Devemos olhar para os imigrantes como novos portugueses.» Não, Sr. Primeiro-Ministro, imigrantes são imigrantes, portugueses são portugueses, aqueles que amam a sua bandeira, que amam a sua pátria e que amam o seu hino nacional.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Deco e o Pepe! Deviam bater palmas ao Deco e ao Pepe!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Percebemos que este Governo quer continuar a política de portas abertas, mas de uma forma mais... mais chique! Criou uma via verde para a imigração, ou seja: «Venham com um contrato de trabalho,...» — e até aí estamos de acordo — «... mas nós damos salário, damos comida e damos habitação.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu vi-te bater palmas ao Deco!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, habitação, aquela que falta aos professores deslocados, aquela que falta às nossas forças de segurança, aquela que falta aos nossos jovens. Mas já se percebeu que este Governo não é para os jovens portugueses e que, para este Governo do PSD, os jovens contam pouco.

Entretanto, a IL passou a falar de imigração, mas as pessoas pouco lhes ligam, porque sabem bem que a IL fala, mas não fala aquilo que sente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Isso é um argumento?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas... o que é que vamos fazer aos imigrantes quando terminarem este contrato de trabalho? Continuarão com casa? Continuarão com roupa lavada? E como vão viver? Na rua, como os pôs o Partido Socialista, ou com dignidade? Ou então, quem sabe, à conta dos nossos impostos...? Só existe uma solução: quando terminarem o seu contrato de trabalho, têm de regressar aos seus países. É assim, e sempre será. É assim num país normal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Precisamos de qualidade política!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até o PS mudou de posição, ao reconhecer que a política de portas abertas não correu bem. Pedro Nuno Santos devia era pedir desculpa aos portugueses; pedir desculpa por tudo o que de mal fez a Portugal, por esta imigração descontrolada, que tem um rosto, que tem um carimbo e uma chancela, que é a do Partido Socialista, e explicar como fará com a imigração, com os imigrantes, se fizer um Governo de

extrema-esquerda com o Bloco de Esquerda, com o PCP e com o Livre. É isso que Pedro Nuno Santos tem de dizer aos portugueses, aos eleitores portugueses.

Passou um ano e o tempo deu-nos razão: 1 milhão e 600 mil imigrantes, mas o número é muito maior. Criaram mais problemas na saúde, na habitação, na segurança e, em breve, no desemprego.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Falso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pedro Góis, Diretor Científico do Observatório das Migrações, admite, e cito-o: «O País continua sem saber quantos imigrantes tem nesta altura.»

O mesmo Pedro Góis, nomeado por este Governo — nomeado por este Governo, é bom que os portugueses lá em casa saibam —, diz: «Os jovens portugueses podem permanecer em casa dos pais mais uns anos, os imigrantes precisam de casa.» Eu vou recordar que é nomeado por este Governo. Disse mais, entre integrar os imigrantes nas forças de segurança e como professores, mesmo não sabendo a história de Portugal. E disse ainda que não deviam trabalhar à sexta por causa da religião deles.

Tudo isto foi dito por alguém nomeado por este Governo. Ou seja, ficam com as casas que deviam ser para os portugueses, vão para as forças de segurança e militares, e ainda temos de ser nós a adaptarmo-nos à sua vida. Só falta quererem pôr-nos de joelhos, à sua frente. Tudo ao contrário, e esse senhor foi nomeado, volto a referir, por este Governo da AD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem, da AD!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É perante esta bandalheira que estamos hoje. A criminalidade violenta aumentou de forma assustadora. Os crimes com tamanha crueldade vieram com a imigração, por muito que digam que não. Assassinatos à paulada, à martelada, à catanada, à facada ou o sequestro raramente existiam em Portugal.

Em Braga, o Manuel Gonçalves, Manu, foi brutalmente assassinado por brasileiros, quando os denunciou por tentarem drogar mulheres num bar, sabe-se lá para quê — imaginamos! O Manu teve azar, teve azar de ter nascido português, teve azar de não se chamar Odair, ou outro nome de outra nacionalidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Respeite a memória!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Da hipocrisia das feministas de extrema-esquerda, não terá palavras bonitas. Das associações multiculturais, que vivem à nossa conta, não terá direito a manifestações de solidariedade nem a cravos vermelhos. Mas, da nossa parte, terá o nosso respeito e a promessa de que vamos terminar com este flagelo. Qualquer imigrante que cometa crimes será deportado para o seu país de origem, não vai ficar nem a comer à conta do Estado português.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pedro, eu ouvi-te bater palmas ao Deco!

O Sr. **Presidente**: — Acabo de ser informado de que faleceu o antigo Deputado João Cravinho, do Partido Socialista, pessoa que exerceu inúmeros cargos de relevo em Portugal, tendo sido membro de vários Governos e também nosso Colega aqui, na Assembleia da República. Prestou, portanto, serviços relevantes ao País, e eu não queria deixar de assinalar — e creio que o posso fazer em nome da Câmara — o nosso testemunho de muito respeito, transmitindo os nossos sentimentos à família e ao Partido Socialista, em particular.

Não sei se esta situação está prevista no Regulamento, mas eu tomava a iniciativa de pedir 1 minuto de silêncio, transmitindo com isto o respeito da Câmara por quem prestou estes serviços ao País.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, para uma declaração política.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, permitam-me que comece por citar, e, desta forma, homenagear, o grande escritor Mario Vargas Llosa, falecido esta segunda-feira, que foi também um grande pensador liberal: «As democracias mais imperfeitas são sempre preferíveis às ditaduras mais perfeitas.»

Falemos então de democracia.

Portugal caminha para novas eleições legislativas, as terceiras em três anos. Se as eleições são uma peça fundamental da democracia, também os mandatos o são. As eleições devem originar mandatos com estabilidade e tempo para a implementação de políticas sufragadas nas urnas. Além disto, há hoje enorme instabilidade internacional.

Não surpreende, portanto, que os portugueses não quisessem novas eleições. É o que indicam as sondagens. E, neste Parlamento, só um partido esteve sintonizado com os portugueses: só a Iniciativa Liberal demonstrou responsabilidade, só a Iniciativa Liberal demonstrou ser confiável. Entre PSD e CDS, que forçaram a apresentação da moção de confiança,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós lembramo-nos de como votou a Iniciativa Liberal no Orçamento do Estado!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... e PS, Chega, PCP, Bloco, Livre e PAN, que votaram contra, todos devem assumir a culpa de levar o País para mais umas eleições.

A Iniciativa Liberal não foge ao combate político, ao combate das propostas,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... ao combate para mostrar que Portugal pode ser muito melhor. Mas há quem não queira mesmo que as coisas mudem, uns por resistência à mudança, outros por incapacidade, alguns por cobardia política.

Os debates começaram. Há partidos que já apresentaram programas, como a Iniciativa Liberal, enquanto outros fogem de o fazer. Há programas com números e objetivos quantificados, como o da Iniciativa Liberal, enquanto outros evitam assumir compromissos. Enquanto acusam a Iniciativa Liberal de fezadas, ficam agarrados à fé de que não lhes façam perguntas incómodas.

E temos então um embate político entre quem quer mesmo transformar o País e aqueles que nada querem mudar; de um lado, os que falam em «dinheiro do Estado» — e são muitos — e, do outro, a Iniciativa Liberal, que diz: «O dinheiro é das pessoas e das empresas, não há dinheiro do Estado.» Repito: não há dinheiro do Estado.

*Aplausos da IL.*

Ao contrário do que vários partidos aqui afirmam, da esquerda à suposta direita, o Estado não dá nada. A função do Estado é devolver — devolver no conceito alargado de segurança: segurança social, segurança da existência de saúde, educação, justiça e, sim, segurança física das pessoas e da propriedade.

Mas vamos ao embate das contas. Nível de despesa pública em Portugal: em 2022, 107 mil milhões; em 2023, 112 mil milhões; em 2024, 122 mil milhões. Como se vê, despesa sempre a aumentar.

A Iniciativa Liberal diz claramente: é preciso reduzir despesa. E o que nos perguntam? Onde vamos cortar? E nós respondemos. Mas, perante esta despesa galopante, está na hora de todos perguntarem aos partidos da despesa pública, que são todos os outros: que impostos vão aumentar? É que, se as receitas do Estado advêm dos impostos, se a despesa aumenta, vão precisar de mais receita, logo, vão ter de aumentar os impostos.

Por isso, nesta campanha, pergunte-se à AD, ao PS, ao Chega, ao PCP, ao Bloco, ao Livre e ao PAN: que impostos vão aumentar? Seja feita essa pergunta!

A Iniciativa Liberal quer devolver dinheiro às pessoas e às empresas, para que possam fazer as suas escolhas, seja consumir, poupar ou investir — com dinheiro que é delas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a redução da despesa?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E, como queremos devolver até 6250 milhões aos portugueses ao longo da nova Legislatura, teremos de almejar idêntica redução da despesa e — pasmem-se uns quantos! — aumentar a receita.

Começemos por aqui. Não há cá feitas, nem necessidade de estudar. Falemos da realidade. Baixar impostos também pode originar aumento de receita.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E falemos do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), porque, no espaço político e mediático, há quem não acredite no efeito positivo de o baixar e porque Portugal é dos países com a taxa estatutária mais elevada da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isso é para os banqueiros!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vejamos, no ano de 2004, o IRC baixou de 33 % para 27,5 %. Resultado: a receita aumentou 600 milhões. Já no ano de 2007, o IRC baixou de 27,5 % para 26,5 %, e a receita aumentou 1356 milhões de euros. E há quem se pasme com isto! Também podia falar de 2002 ou de 2015. A conclusão é simples. Sempre que o IRC baixou, a receita aumentou.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — São factos, é a realidade.

Voltemos, então, à despesa pública e olhemos para 2024, o tal recorde de 122 mil milhões. Nas componentes de remunerações, não fugimos do tema. Não haverá despedimentos na Administração Pública, mas deve ser implementada a regra de por cada duas saídas apenas uma entrada. Há dezenas de milhares de funcionários públicos a caminho da reforma. No ano passado, foram mais de 22 000. Assim, até ao fim da Legislatura, a previsão é de redução de 1,5 mil milhões na despesa. É menos de 1 % da despesa.

Mas olhemos a outras variáveis da despesa: consumos intermédios — 15 525 milhões; outras despesas correntes — 7536 milhões; despesa de capital — 12 389 milhões. Um total de 35 450 milhões! Se acham que aqui não é possível reduzir 1 %, 2 %, 3 %, 4 %, então não querem melhorar o Estado. São meros gestores da situação.

De uma vez por todas, está na altura de o esforço ser do Estado e não das pessoas, das famílias e das empresas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vamos ser objetivos. A despesa pública bate recordes e não para de aumentar, os serviços públicos não melhoram.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai melhoram, melhoram!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Perante isto, não querem reduzir despesa, não querem reduzir funcionários, não querem reduzir custos intermédios, não querem eliminar redundâncias,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quais redundâncias?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... não querem combater a burocracia, não querem reduzir o setor empresarial do Estado, enfim, não querem mudar nada.

Dia 18 de maio, esta é a opção: votar nos mesmos para ficar tudo na mesma ou votar em quem quer realmente mudar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mudar?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Só se for mudar para pior!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Só a Iniciativa Liberal tem a coragem e ambição para reformar e fazer o País crescer.

Com responsabilidade e confiança, dia 18 de maio muitos portugueses vão dizer: desta vez, é liberal!

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Grande comício!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que grande comício!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Que mudança desastrosa!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não posso começar esta intervenção sem antes endereçar os mais sentidos pêsames ao Partido Socialista, à família e aos amigos de João Cravinho e homenagear, assim também, os serviços prestados a este País.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Também não posso deixar de prestar a homenagem do Bloco de Esquerda à coragem de Manuel Gonçalves, já anteriormente expressa por Mariana Mortágua e pelo seu candidato por Braga, Francisco Louçã.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Façam uma manifestação!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Mas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, temos falado muito, ultimamente, sobre o programa Rearmar a Europa e precisamos de continuar a falar. São 800 mil milhões de euros a serem investidos nisso mesmo — em armas. É por isso, aliás, que o programa se chama «Rearmar a Europa» e não «segurança» ou outra coisa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, 800 mil milhões de euros não é um número qualquer, é exatamente o montante que as instituições europeias tinham definido como necessário para o combate às alterações climáticas e para atingir a neutralidade carbónica. Contudo, não houve nunca 800 mil milhões de euros para as alterações climáticas, como não houve 800 mil milhões de euros para a habitação, e é a maior crise que estamos a viver neste momento na Europa e em Portugal.

Precisa, de facto, a União Europeia de gastar mais dinheiro em armas? A resposta é não. A União Europeia gasta, neste momento, e os países europeus membros da NATO (North Atlantic Treaty Organization), três vezes mais do que a Rússia. São 476 mil milhões de euros em 2024 contra 140 mil milhões por parte da Rússia.

A União Europeia tornou-se o 2.º maior exportador mundial nos últimos anos, tendo ultrapassado também a Rússia. Enquanto ajudava a Ucrânia, e bem, era também a União Europeia que estava a exportar armas para Israel e a contribuir para o genocídio que continua a acontecer na Palestina.

Nos últimos anos, a União Europeia viu 30 % de aumento do gasto em armas. E, por isso, respondemos: não, não precisamos de gastar mais dinheiro em armas.

A segunda pergunta também é muito evidente. Porquê agora? Porquê agora esta urgência de se gastar 800 mil milhões de euros em armas? É para travar a invasão russa? Não, não é para travar a invasão russa. Desde 2022, a Europa, e muito bem, apoiou a Ucrânia e, não tendo contado muito com o apoio dos Estados Unidos, conseguiu ajudar a Ucrânia a defender-se e a impedir que a Rússia conseguisse vencer e cumprir os seus objetivos.

A União Europeia tem mais do que o suficiente para apoiar a Ucrânia na maioria dos indicadores de equipamento; nos restantes, não terá. Mas não conseguirá nem para hoje nem para amanhã porque levará anos. E, nesse sentido, seguramente não é para travar a Rússia que a União Europeia quer investir agora em armamento.

Coloca-se, então, outra questão. É para responder a Trump? Não, não é para responder a Trump, porque os mesmos que querem armar a Europa não querem sair da NATO. E não digam que é Trump por Trump, porque é Trump quem continua a mandar na NATO e é o general que é nomeado por Trump que manda na NATO, na Europa.

Quero com isto dizer que a Europa não tem vulnerabilidades? Tem, tem muitas vulnerabilidades. Tem, aliás, vulnerabilidades na dependência energética, e não foi por acaso que quando começou a invasão da Ucrânia as sanções europeias tardaram tanto e foram tão ineficazes: precisamente porque havia a dependência europeia do gás russo. Tem vulnerabilidades na parte tecnológica. Aliás, a Rússia entra, sim, na União Europeia todos os dias por via tecnológica. Como entra a Rússia, entra a China, no controlo e na tentativa de adulterar resultados eleitorais, e, mais recente, até os Estados Unidos, quando começaram a entrar. Mas não há aqui nada sobre reforçar a nossa capacidade de defesa tecnológica. Temos também vulnerabilidades nas cadeias de abastecimento de medicamentos, como, aliás, a pandemia demonstrou. Mas não é por causa destas vulnerabilidades que estamos a investir 800 mil milhões de euros em armas.

Gastar mais em armas não vai afetar o resto? Vai, vai e muito. Vai afetar a política de coesão, já foi anunciado. Vai afetar a resposta à crise da habitação, já todos percebemos. E vai afetar seguramente o Estado social. As consequências já estão todas a ser muito bem clarificadas. Maria Luís Albuquerque falou, muito recentemente, da necessidade de flexibilizar ainda mais os mercados financeiros para apostar nas armas e de ir buscar às pensões para apostar nas armas. É disto que estamos a falar, de endividamento dos países e da austeridade a acenar no futuro próximo.

Portanto, o que está aqui em causa é muito simples. Trata-se de uma propaganda muito clara da indústria do armamento e de algumas lideranças e que serve precisamente essa própria indústria, os mercados financeiros e as intenções alemãs de conservadores, sociais-democratas e verdes de voltar a rearmar o País. Não tenhamos ilusões. Essa é mesmo a única grande novidade deste plano: a Alemanha voltar a rearmar-se.

Serve também para alimentar o medo, e a política do medo não pode dominar as democracias europeias. É por isso que estranho que Partido Socialista e Livre adiram à agenda da direita armamentista. Não estranho que o Chega o faça, porque sem medo o Chega não tem existência em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, agora a sério!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Precisamos, por isso, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, de ter planos para a Europa, mas planos para a Europa não é rearmar a Europa, porque nada tem a ver com segurança, nada tem a ver com cooperação entre países, nada tem a ver com combater as fragilidades do projeto europeu.

O futuro da Europa está, por isso, nas mãos de quem tem a coragem de dizer a verdade, de não ceder ao complexo industrial militar e de quem resiste aos tambores da guerra e tem a força de construir a paz.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se se juntassem todos, poupávamos pelo menos 12 minutos!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No próximo fim de semana voltam a encerrar serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia e de pediatria. No domingo de Páscoa serão 10 as urgências encerradas e na península de Setúbal estarão encerradas as três urgências de ginecologia e obstetrícia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Semana após semana, esta é a realidade que se repete, gerando incerteza e insegurança junto das mulheres grávidas e respetivas famílias e desprotegendo as crianças e jovens. Nunca se sabe com o que contar. E, perante isto, o que fez o Governo? Em vez de tomar as medidas para garantir o funcionamento dos serviços de urgência, obriga a telefonar para o SNS 24 antes de se dirigirem a um serviço de urgência, o que na prática constitui uma limitação no acesso à saúde.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Triagem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Só nos primeiros três meses de 2025 são mais 70 000 os utentes sem médico de família, totalizando quase 1 milhão e 600 mil utentes sem médico de família. Contrariamente à propaganda da AD, hoje há mais utentes sem médico de família. Este é o resultado desta governação, que, em vez de resolver o problema, optou por transferir cerca de 800 000 utentes para fora do SNS. Esta não é a solução. A solução é a valorização efetiva das carreiras e remunerações e a garantia de condições de trabalho aos profissionais de saúde, permitindo fixar os profissionais de saúde no SNS para garantir a atribuição de médico e enfermeiro de família para todos, assegurar o funcionamento dos serviços e o acesso a consultas e cirurgias a tempo e horas.

Recentemente, foram conhecidos os tempos de espera para consultas e cirurgias. Os dados dizem-nos que, no final do segundo semestre de 2024, 7538 utentes aguardavam cirurgia oncológica, dos quais 17,2 % com um tempo de espera superior ao recomendado. Todos nos recordamos de o Governo dizer aqui que queria acabar com a lista de espera para cirurgia oncológica para lá do tempo recomendado, mas afinal não acabou.

Na 25.<sup>a</sup> hora, quando já sabia antecipadamente que o Governo seria demitido, este não se coibiu de anunciar cinco parcerias público-privadas e, desta vez, para além dos hospitais, incluiu também os centros de saúde. De uma só penada, o Governo pretende entregar à gestão privada cinco hospitais e 174 centros de saúde, abrangendo 1 milhão e 700 mil pessoas.

Há três ilações que podemos tirar daqui. A primeira é a de que esta decisão comprova que o Governo nunca quis investir e reforçar o Serviço Nacional de Saúde e que o seu verdadeiro programa é a destruição e a privatização da saúde, tratando-a como um negócio para os grupos privados e não como um direito.

A segunda é a de que, pela primeira vez, pretende-se entregar centros de saúde à gestão privada. Há umas semanas, uma responsável de um grupo privado tinha afirmado que o que tinha interesse era que as PPP (parcerias público-privadas) abrangessem as unidades locais de saúde, e o Governo, como bem-mandado e totalmente subserviente ao poder económico, foi apressadamente tomar essa decisão. Há muito que os grupos privados ambicionavam pôr a mão nos cuidados de saúde primários para lhes garantir a rentabilidade das suas unidades hospitalares.

A terceira e última ilação é a de que o fundamento para a criação das PPP é um embuste. O problema não é a gestão pública, mas sim as opções de sucessivos Governos que não garantem os meios, restringem a autonomia e asfixiam financeiramente as unidades públicas de saúde.

O legado deste Governo é mais dificuldades no acesso à saúde e a acelerada degradação do Serviço Nacional de Saúde, tudo para favorecer e alimentar os lucros dos grupos privados, enquanto milhares e milhares de utentes estão privados do direito constitucional à saúde.

No início deste mandato, afirmámos que o Governo de maioria absoluta do PS tinha aberto as portas para os grupos privados que lucram com a doença e que o Governo do PSD/CDS as tinha escancarado. Passado um ano, a vida confirma-o e confirma também que esta política não resolve e está na origem dos problemas.

Salvar o SNS exige investimento no SNS, aumentar a sua capacidade, reforçar a sua cobertura territorial ao nível dos cuidados de saúde primários, hospitalares, continuados e paliativos...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah, os paliativos agora também!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... e exige a valorização dos profissionais de saúde para que o SNS disponha dos meios necessários para garantir a todos o direito à saúde.

Deixo uma última nota para o que se está a passar na AT. É indecente: depois de três decisões do Supremo Tribunal Administrativo a condenar a AT, porque retirou os direitos em caso de redução de incapacidade no atestado multiusos quando inferior a 60 %, reiteradamente, a AT incumpra a lei que garante o tratamento mais favorável a estes cidadãos, devendo manter os direitos que foram atribuídos. É de enorme injustiça para com as pessoas com doenças crónicas e as pessoas com deficiência.

Cá estaremos, também, para exigir justiça e que os cidadãos não sejam prejudicados.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, Isabel Mendes Lopes, do Livre, por 6 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Cidadãos e Cidadãs nas galerias: Quero começar por enviar as condolências do Livre à família e amigos de João Cravinho, e também ao Partido Socialista. João Cravinho foi um político que uniu a realização das infraestruturas com exigência e com ética — um exemplo —, e queremos deixar-lhe aqui a nossa homenagem.

Quero também deixar uma nota de pesar pela morte de Manuel de Oliveira Gonçalves, o jovem de 19 anos que foi assassinado, em Braga, por defender raparigas de ser atacadas.

Transmito os meus sentimentos e do Livre à sua família, amigos e amigas e comunidade escolar. Manuel de Oliveira Gonçalves é mais uma vítima da violência de género, violência que, já aqui o disse, é estrutural, transversal, internacional e tem de ser combatida como tal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Encostem-nos à parede!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Nós não podemos aceitar que mais pessoas morram a defender o que está certo, que haja mais vítimas desta violência estrutural e machista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era um brasileiro, diz lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, por isso, prestamos daqui a nossa homenagem a Manuel de Oliveira Gonçalves.

O Livre é muitas vezes acusado de ser um partido utópico, até de viver em Marte. Nós sabemos que temos grandes ideias, sim, mas também que temos os pés bem assentes na terra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é que era bom!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Uma dessas ideias «utópicas», aliás, tão utópica que agora é usada por mais de 200 000 pessoas, é o Passe Ferroviário Nacional. Foi em 2022,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi a Joacine?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... aqui, que o Livre propôs que fosse criado um passe que desse acesso a todos os comboios do País, que desse para viajar de norte a sul do País, sem entraves. Foi-nos dito que seria impossível, mas insistimos, negociámos, e o Passe Ferroviário Nacional nasceu no verão de 2023, beneficiando, logo, milhares de pessoas que passaram a poupar dezenas de euros todos os meses.

Passados uns meses, continuámos a insistir. Era preciso alargar o passe ferroviário. E conseguimos, em novembro de 2024, aprovar o seu alargamento a mais de 250 comboios por dia.



O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi o Livre! Foi o Livre, foi!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas faltava implementar esse alargamento. Assim que o atual Governo tomou posse, há um ano, lembrámos, chateámos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chatear, isso é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... insistimos para que o alargamento acontecesse, como estava aprovado e como era devido a milhares de pessoas.

O Governo não cumpriu, mas, no verão, numa grande manobra de propaganda, anunciou a criação de um Passe Ferroviário Verde, mudando o nome, baixando o preço do passe ferroviário e alargando-o a mais comboios. Ou seja, a ideia «utópica» do Livre, relativamente à qual o PSD nunca votou a favor, e o CDS não sabemos como teria votado, porque não estava no Parlamento,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei! Nem o Livre!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... continuou a fazer o seu caminho, e ainda bem. Mas, logo na altura, alertámos: é preciso dar resposta ao aumento da procura, é preciso haver mais comboios, é preciso garantir que a CP (Comboios de Portugal) não é prejudicada. É preciso rever o contrato de concessão para tudo isso. E o tempo veio dar-nos razão.

O passe ferroviário nos números é um sucesso. Mais de 200 000 passes vendidos, os passageiros aumentaram nos serviços regionais, nos intercitys e até nos Alfa, que não estão abrangidos pelo passe, mas os números não mostram os problemas que vêm deste aumento da procura sem reforço da oferta.

Há passageiros que fazem a viagem de Lisboa a Santarém sem lugar sentado, há pessoas que querem ir a casa no fim de semana e, depois, não têm vaga e veem-se obrigadas, à última da hora, a ter de comprar um bilhete de autocarro ou a ir de Alfa, pagando o bilhete completo, quando na verdade têm passe.

Os transportes públicos não têm só de ser baratos, têm de ser confortáveis, têm de ser fiáveis, têm de ser simples de usar, agora e no futuro. Por isso, é incompreensível que Miguel Pinto Luz, ainda Ministro das Infraestruturas e da Habitação, tenha dito, há poucos dias, que a CP não precisará de um único euro de compensação pelo passe ferroviário.

Há 19 milhões de euros que estão previstos para a compensação no Orçamento do Estado 2025 e que não deviam ser apenas para a compensação de perda de receita. Esses 19 milhões de euros têm de ser usados para reforçar a oferta, para a melhoria do serviço, para a sustentabilidade da CP, como o Livre sempre defendeu, ainda por cima, quando sabemos que o aumento que a administração da CP instituiu aos seus trabalhadores não foi acordado com os respetivos sindicatos, que defendem aumentos justos e que dignifiquem a carreira.

A sustentabilidade da nossa CP depende, também, dos seus trabalhadores e não pode ser feita à custa das receitas do passe ferroviário — do passe ferroviário e não do passe rodoviário, como a AD espalhou ontem nos seus *outdoors* de campanha eleitoral, um lapso interessante para quem reivindica a ideia como sua. Num Governo de propaganda, esperaríamos que, pelo menos, a propaganda fosse bem feita. O *outdoor* com esta gralha foi rapidamente substituído, mas nós sabemos o que estava lá escrito. O Luís pede-nos que o deixemos trabalhar, mas nem propagandear faz bem.

Ora, 200 000 passes vendidos não nos satisfaz. Nós queremos que todas as pessoas em Portugal tenham acesso a uma verdadeira mobilidade e, por isso, é tempo de um passe de mobilidade nacional, que dê acesso de norte a sul do País, a todos os comboios, sim, mas também a todos os autocarros, a todos os barcos, a todos os metros e até ao transporte flexível, como táxis, sobretudo em zonas de menor densidade populacional. E não nos digam que é utópico e que é irrealista, porque não é. É uma medida com os pés bem assentes na terra, boa para as famílias, boa para as carteiras das pessoas, boa para a economia do País, boa para o ambiente.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É! Foi o Livre o responsável, foi!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E essa é uma das nossas exigências no próximo mandato — um passe de mobilidade nacional. O País, que sabemos ser possível, terá um passe de mobilidade nacional e um verdadeiro sistema de transportes. Porque a mobilidade é um dos pilares para o País que nós queremos: um país verde, um país justo, um país livre.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vá lá, João! Não estavas no Parlamento, mas estavas no Conselho de Ministros que aprovou a medida!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E tive mais votos que o Livre!

*Risos.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, enviar ao Partido Socialista, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à família de João Cravinho, os nossos sentimentos. João Cravinho serviu o País em inúmeras funções. Tive oportunidade de ser seu colega aqui, no Parlamento, e na Comissão de Orçamento e Finanças, por ele presidida, de fazer com ele muitos debates importantes e, obviamente, que o CDS se associa à dor que o Partido Socialista e a família têm neste momento.

Também uma palavra de sentimentos à família do Manu e à comunidade académica de Braga. Gostaria de aqui dizer uma palavra, porque temos de ser claros: isto não tem nada a ver com violência de género.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que aconteceu tem tudo a ver com um tipo de criminalidade associada ao tráfico de droga, associada a organizações complexas que se infiltram no nosso País, entre outras áreas relacionadas com o tráfico de droga, e que, muitas vezes, põem em causa a segurança e, neste caso, até a vida das nossas crianças e jovens.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E quem é pai sabe bem a preocupação que tem com este fenómeno crescente e não aceita que se tente transformar aquilo que é criminalidade grave e violenta noutros tipos de criminalidade, desvalorizando, assim, o seu efeito e prejudicando o combate que tem de ter este tipo de criminalidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, a propósito do relatório intercalar das pendências da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), apresentado recentemente pelo Sr. Ministro da Presidência, queríamos, hoje, aqui falar sobre imigração e comparar dois efeitos de governação: o efeito da governação do Partido Socialista na imigração e o efeito da governação da AD na imigração.

O efeito da governação do Partido Socialista relativamente à imigração foi que o número de imigrantes em Portugal quadruplicou, enquanto o Partido Socialista governou,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... ou seja, passou de 400 000 para quase 1,2 milhões.

Mas o efeito é mais grave se formos ver o que é que acontece área por área. Vamos ver o que aconteceu na população residente em Portugal. Quando o Partido Socialista começou a governar, a população residente em Portugal tinha 4 % de imigrantes. Quando o Partido Socialista deixou de governar, havia 15 % de imigrantes na população residente em Portugal.

Nas nossas escolas, onde estão os nossos filhos, havia 42 000 alunos filhos de imigrantes quando o Partido Socialista começou a governar. Quando o Partido Socialista deixou de governar, havia 172 000 alunos filhos de imigrantes nas escolas em Portugal.

Nas consultas, quando o Partido Socialista começou a governar, havia 326 000 consultas de imigrantes por ano. Quando o Partido Socialista deixou de governar, havia 1 milhão e 400 mil consultas a imigrantes por ano.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O problema não está em haver consultas para imigrantes, em acolher os filhos dos imigrantes nas escolas, em ter uma população que também tem imigrantes. O problema está em quem não percebe o efeito de, num único ciclo político, ter aumentado desta forma aquela que é a presença de imigrantes na nossa população, a presença de imigrantes nas nossas escolas e a utilização por imigrantes do nosso serviço de saúde. Não é por eles serem imigrantes, mas porque isso significa uma transformação tal da sociedade que, obviamente, depois, tem consequências, que o Partido Socialista agora diz admitir.

Mas sejamos claros: quem governou oito anos e permitiu que isso acontecesse pode dizer as vezes que quiser que já percebeu o problema, pode dizer as vezes que quiser que, agora, defende tudo ao contrário do que defendeu no passado, mas não pode nunca dizer que não é responsável pela situação difícil que enfrentamos neste momento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso que a governação da AD fez diferente. Também tem uma marca. Num ano, o fluxo de entrada de estrangeiros reduziu — repare-se! —, num primeiro semestre, em que ainda vigoravam as regras do Partido Socialista, de 156 951 pedidos de entrada de imigrantes em Portugal, para, num segundo semestre, com as regras da AD, 64 848 estrangeiros que quiseram vir para Portugal. Ou seja, uma mera alteração de regras reduziu 59 % o fluxo de imigração em Portugal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E é assim que tem de continuar. Esta redução tem de continuar, mas tem de continuar também a resolução de pendências que estamos a fazer. Tem de continuar, também, a consequência para a resolução destas pendências, porque das 400 000 manifestações de interesse que o Partido Socialista deixou penduradas, neste momento, avaliada a sua situação, muitos destes imigrantes têm de ser afastados.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que aconteceu foi que, neste Parlamento, foi chumbada a criação de uma polícia para afastar aqueles que estão cá ilegalmente e foi chumbada a alteração de regras para que o retorno fosse mais eficaz.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, neste momento, a questão é muito clara: na próxima Legislatura, e nas eleições, os portugueses que querem uma imigração regulada devem confiar em quem

boicotou a possibilidade de pormos a imigração em ordem ou votar em quem reduziu o fluxo, quis criar uma nova polícia, quis pôr as regras do retorno melhor...

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

... e, mais, em quem — reconhecendo o problema — quer, na próxima Legislatura, alterar a lei da nacionalidade? É que, neste momento, é muito fácil ser português e é preciso também alterar as regras da nacionalidade para que, não só na entrada, mas também no acesso à nacionalidade portuguesa, volte a haver ordem em Portugal, como nunca houve durante o tempo em que o Partido Socialista governou.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — *Best friends* dos imigrantes ilegais: Chega e PS!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, por 6 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Inês vai apresentar o programa!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me, antes de mais, que cumprimente e expresse o meu pesar à bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, bem como à família de João Cravinho, agradecendo o serviço que prestou ao País.

Nos últimos dias, temos acordado com notícias absolutamente devastadoras sobre casos de violência sexual contra mulheres,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! No Martim Moniz, é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... casos que não deveriam ter lugar nos dias de hoje, mas que, pelo contrário, têm ganho eco e absolvição nas redes sociais. Até já mata quem tenta deter e travar esta violência, como tristemente aconteceu com o jovem Manuel, de 19 anos, em Braga, a cuja família e amigos enviamos o nosso pesar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outro brasileiro!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Também aqui, não podemos ignorar que tem, sim, a ver com uma violência de género,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não tem nada a ver! Não brinquemos com coisas sérias!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Imigração!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e não é apenas uma questão de grande criminalidade.

Senão vejamos o mesmo que aconteceu com Cadu. Cadu, de 22 anos, brasileiro, morreu esfaqueado em Carcavelos, também a tentar proteger uma jovem agredida. E precisamente porque é um debate sério, porque não podemos ignorar a violência de género — não são apenas números, são casos e pessoas reais, são violações sem punição, são partilhas sem denúncia, é a insegurança e medo de ser mulher, ou, no caso destes jovens, o medo de pagar com a vida, o ato de ajudar —, que casos como os de Loures, Braga, Coimbra têm de ter um fim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Jogos que incitam à violação de mulheres também não podem ter lugar numa sociedade que quer erradicar a violência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — *Influencers* que acham que uma mulher com namorado não deve sair à noite não podem nem devem ser modelo para ninguém.

Não são palavras nem atos inocentes, dão antes forma a um machismo tóxico e que tantas vezes começa no controlo sobre com quem sair, sobre o que vestir, como se comportar e acaba, como bem sabemos, na perda de mais uma vida.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podemos continuar a permitir a impunidade destes crimes e que este ciclo de violência se perpetue. As vítimas merecem mais do que a nossa solidariedade e exigem-nos que ponhamos fim a este ciclo de violência.

Pela parte do PAN, não posso deixar de fazer aqui o apelo, neste Plenário, a todas as Deputadas e a todos os Deputados a comprometerem-se de forma séria, na próxima Legislatura, na luta contra a violência sexual contra mulheres e a violência doméstica. Só quando todos, e cada um de nós, definirmos este flagelo como uma verdadeira prioridade nacional é que conseguiremos erradicar este terrível fenómeno que destrói a vida de tantas meninas e mulheres — e também de homens — e que lhes tira também a liberdade de viverem uma vida sem violência ou sem expectativas de uma vida melhor.

Muito temos, aliás, falado, nos últimos dias, de defesa, segurança e também de guerra. Mas não nos podemos esquecer de que continuamos a ter uma guerra dos sexos, que todos os dias é alimentada pela ignorância, pelo ódio contra as mulheres.

Esquecem-se de que a insegurança nacional começa dentro de casa. Esquecem-se, ao falar levemente de *wokismo* ou de ideologia de género, de que o ódio continua a matar jovens através do *bullying* ou da violência nas escolas. Esquecem-se de que os crimes de violência, incluindo sexual, são utilizados ainda, hoje em dia, como arma de guerra contra as mulheres. Esquecem-se de que todas estas jovens e mulheres continuam a pagar, até com a vida, a batalha no combate à desigualdade de género.

Não são apenas números, são casos reais, mas olhem para aquilo que nos dizem os dados, já que tantas vezes falam na insegurança nacional. O *Relatório Anual de Segurança Interna*, no ano passado, dizia-nos que a violência doméstica continuou a ser o crime com maior número de participações registadas, mais de 34 000 denúncias. O número de violações aumentou 10 %, o abuso sexual continua a ter números muito preocupantes e as redes sociais e aplicações digitais estão a assumir-se cada vez mais como um instrumento de violência sexual, especialmente entre crianças e jovens.

E, apesar de a lei já criminalizar a partilha de forma não consentida de conteúdos íntimos de mulheres em grupos com dezenas de milhares de homens, a verdade é que continuam a multiplicar-se e a agredir mais uma mulher, a cada vez — e mais uma vez — que o fazem. Para trazer este tema para o centro do debate, apresentámos publicamente — o PAN deu entrada ontem e apresentou publicamente — um compromisso, que entregámos em mãos, simbolicamente, à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). Traduz-se num conjunto de 25 medidas de combate à violência sexual e à violência doméstica, pois, apesar dos avanços que já temos feito nesta Legislatura e de termos aprovado medidas de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, como o complemento ao abono de família, a prioridade em creches — apesar também de termos tido os votos contra do PSD, CDS e Iniciativa Liberal —, o alargamento do Programa Porta 65 a todas as vítimas de violência doméstica e o alargamento da isenção de custas em todos os processos judiciais conexos com este crime ou o princípio da não-discriminação no acesso à habitação quando também tenham animais de companhia, temos de fazer mais. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos de fazer muito mais.

Para o PAN, e para mim enquanto mulher, é fundamental que se consagre a natureza pública dos crimes de violação. Temos de alargar os prazos de prescrição dos crimes sexuais. Temos de ter um programa de melhoria de atendimento e acompanhamento às vítimas de violência sexual no Serviço Nacional de Saúde e garantir o seu acompanhamento por advogado desde o primeiro momento. Temos de ter um plano nacional de combate à violência sexual baseado em imagens. Temos de garantir também que as seguradoras permitem o realojamento por violência doméstica no âmbito da cobertura dos seguros à habitação. Temos de garantir algo

tão digno e tão fundamental como o direito, por parte dos órfãos da violência doméstica, a uma pensão de sobrevivência que seja minimamente digna — e falhámos na passada Legislatura quando vimos esta proposta esbarrar na maioria parlamentar.

Temos, sem preconceitos ideológicos, de garantir que nas escolas, na disciplina de Cidadania, educamos as crianças para a igualdade e para o respeito, a começar também no respeito pelas mulheres. Temos de diminuir o fosso salarial que continua a empurrar as mulheres para a dependência financeira e para a esfera da vida privada e familiar.

Muito mais haveria a dizer e a fazer, mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o combate à violência de género é um combate para o qual estamos todas e todos convocados, homens e mulheres.

Tive a oportunidade de dizer aqui uma vez, neste mesmo Plenário, que o lugar do patriarcado é um lugar muito confortável e que era preciso os homens darem o lugar às mulheres, para que também pudessem aceder aos lugares de decisão.

Hoje, deixo o apelo: o lugar de uma mulher abusada é tudo menos um lugar fácil. Está na altura de...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — E com esta intervenção termina a nossa ordem do dia de hoje.

Dou nota à Câmara de que a próxima sessão será no dia 25 de Abril, com a Sessão Solene Comemorativa do LI Aniversário do 25 de abril de 1974 e do L Aniversário da eleição da Assembleia Constituinte I.

O tempo de intervenção para cada Grupo Parlamentar é de seis minutos e de três minutos à DURP (Deputada Única Representante de um Partido).

Até lá e boa tarde.

*Eram 16 horas e 7 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.